

Percepções de lideranças da nutrição sobre a questão ambiental

Marcelo Eliseu Sipioni¹, Maria Angélica Carvalho Andrade²

1. Universidade Vila Velha, Vila Velha/ES, Brasil. 2. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil.

Resumo

Este artigo tem por objetivo descrever e analisar as percepções de lideranças do campo da nutrição no Brasil acerca dos desafios e perspectivas do envolvimento qualificado da nutrição na temática ambiental. Foi utilizada abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada e análise temática. De acordo com os resultados, apesar de a questão ambiental não se apresentar objetivamente como desafio prioritário para a nutrição, as lideranças entrevistadas demonstram grande preocupação com a temática e sugerem reorientação dos sistemas alimentares, grandes impulsionadores das mudanças climáticas, além de expressar urgente necessidade de pautar a questão ambiental nos debates da nutrição no Brasil, especialmente em espaços de formação.

Palavras-chave: Mudança climática. Sistema alimentar. Ciências da Nutrição.

Resumen

Percepciones de los responsables de la nutrición sobre el tema ambiental

Este artículo tiene como objetivo describir y analizar las percepciones de los responsables en el campo de la nutrición en Brasil sobre los desafíos y perspectivas de la participación calificada de la nutrición en la cuestión ambiental. Se utilizó un enfoque cualitativo, con recolección de datos mediante entrevistas semiestructuradas y análisis temático. Los resultados revelan que, aunque el tema ambiental no se presenta objetivamente como un desafío prioritario para la nutrición, los responsables entrevistados reportaron una gran preocupación por el tema y surgieron una reorientación de los sistemas alimentarios, principales impulsores del cambio climático, y también expresaron una necesidad urgente de orientar el tema ambiental en los debates sobre la nutrición en Brasil, especialmente en los espacios de formación.

Palabras clave: Cambio climático. Sistema alimentario. Ciencias de la nutrición.

Abstract

Perspectives of nutrition leaders on environmental issues

This article aims to describe and analyze the perceptions of leaders in the field of nutrition in Brazil regarding the challenges and prospects of meaningful engagement with environmental issues. A qualitative approach was used, with data collected via semi-structured interviews and analyzed using thematic analysis. According to the results, although environmental issues are not explicitly identified as a top priority for nutrition, the leaders interviewed expressed deep concern with the topic and suggested a reorientation of food systems, major drivers of climate change. They also emphasized the urgent need to incorporate environmental issues into nutrition-related discussions in Brazil, particularly in training and educational settings.

Keywords: Climate change. Food system. Nutritional sciences.

Declararam não haver conflito de interesse.

Aprovação CEP-CCS-UFES 5.261.355

A nutrição como campo de conhecimentos e práticas emerge no Brasil na primeira metade do século XX, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945). Em 1939, foi criado o primeiro curso de dietistas no Instituto de Higiene, onde hoje funciona o curso de nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo¹, dando início a um processo de expansão que encontrou o auge nos anos 1990 e adentrou os anos 2000, período em que o número de cursos de graduação em nutrição cresceu vertiginosamente, o que promoveu aumento exponencial de nutricionistas no país. Segundo dados do Conselho Federal de Nutrição², em fevereiro de 2024 havia quase 195 mil profissionais inscritos no território nacional.

O campo científico da nutrição sempre foi permeado por disputas epistemológicas comuns à área da saúde e tem pautado o surgimento das diversas áreas de atuação do nutricionista no país. No início, uma vertente biológica ou clínico-fisiológica originou os campos de prática da nutrição clínica e da nutrição básica e experimental. Por sua vez, a perspectiva social fomentou o surgimento da alimentação coletiva e da nutrição em saúde pública¹.

Em 2002, pouco mais de sessenta anos depois do surgimento da profissão no Brasil, Vasconcelos¹ já discutia a emergência de movimentos que buscavam trazer à luz dos debates novos paradigmas de entendimento da relação entre os seres humanos e a natureza, especialmente o movimento ecológico. Segundo o autor, no interior desses movimentos *se espera poderem assentar-se as perspectivas imediatas e mediatas desta prática profissional*¹, em referência à nutrição.

Passados vinte anos, a expectativa do autor não poderia encontrar ecos tão incisivos quanto os que se afirmam no presente. Atualmente, a ofensiva humana contra a natureza resulta em consequências ambientais cada vez mais contundentes, que justificam a teoria do Antropoceno, segundo a qual vivemos uma época em que a ação humana se apresenta como a principal força geológica do planeta e que coloca dúvidas sobre a permanência da vida na Terra^{3,4}. Nesse contexto, são requeridos novos posicionamentos da humanidade para mitigar as previsões pessimistas para um futuro relativamente próximo^{5,6}. À nutrição, cabe refletir sobre sua incidência nesse amplo debate para somar forças aos demais campos de práticas e conhecimentos na atual emergência climática.

A relação mais objetiva da nutrição com a questão ambiental pode ser vislumbrada em sua implicação nas dinâmicas dos sistemas alimentares⁷, responsáveis por parcela considerável das mudanças climáticas e perda de biodiversidade. A lógica predatória da concepção hegemônica de sistema alimentar contribui para a chamada sindemia global, caracterizada pela sinergia entre pandemias de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas⁸, que evidencia que as principais manifestações de insegurança alimentar em nível global estão intimamente relacionadas à injustiça climática e, por isso, devem merecer a devida atenção da nutrição.

A contribuição dos sistemas alimentares no contexto do Antropoceno se deve ao uso irresponsável de técnicas predatórias, especialmente na produção de alimentos, que submetem a natureza a interesses meramente econômicos⁹, numa perspectiva ética utilitarista e antropocêntrica¹⁰. Diversas orientações éticas contra-antropocêntricas, nos diferentes campos de práticas e de conhecimentos, têm buscado direcionar ações que reconheçam os humanos como parte constituinte da natureza, isentem-na de valoração utilitária e deleguem a ela valor em si mesma^{6,10,11}.

Entre tais orientações, no contexto da necessária crítica ao sistema alimentar hegemônico, é relevante a proposta ética elaborada por Jonas¹¹, o princípio da responsabilidade. Segundo o filósofo, atualmente a técnica moderna se apresenta como a principal ação humana carente de freios éticos: é necessária uma avaliação extremada de precaução no presente para que possíveis efeitos negativos de seu uso no futuro não coloquem em risco a autenticidade da vida em nome de qualquer benefício aparente no presente¹¹.

A despeito de se tratar de um campo atento e disposto a se inserir de forma qualificada nos debates sobre novas e necessárias configurações de sistemas alimentares¹²⁻¹⁴, não se pode ignorar a secular predominância do reducionismo biomédico no campo da nutrição, denominado por Scrinis¹⁵ de nutricionismo. O nutricionismo vem sendo apontado como ideologia e paradigma que reduz o alimento e a alimentação a suas características nutricionais e acarreta diversas consequências negativas à sociedade como um todo e à prática profissional nesse campo¹⁵. Entre elas, destaca-se a alienação do nutricionista das diversas dimensões dos sistemas alimentares, que, assim, valoriza apenas a dimensão do consumo e ignora as conexões

inevitáveis entre sua prática, que visa promover alimentação saudável e adequada numa perspectiva ampliada, e as demais dimensões, especialmente as relacionadas à produção de alimentos, responsável mais evidente pela destruição ambiental.

Considerando a inevitável implicação da nutrição e a consequente postura crítica que ela demanda quanto à sua responsabilidade no contexto ambiental contemporâneo, este trabalho tem por objetivo identificar e refletir sobre as percepções de lideranças nacionais da nutrição dos desafios e perspectivas da inserção deste campo de conhecimentos e práticas na questão ambiental.

Método

Trata-se de pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que buscou identificar e analisar as percepções das principais lideranças nacionais do campo da nutrição a respeito dos desafios e perspectivas da relação entre nutrição e questão ambiental. A opção por definir lideranças como sujeitos da pesquisa se deu pelo entendimento de que, estando à frente de entidades e órgãos ligados à nutrição, representam atores centrais na elaboração e definição das pautas do campo. As lideranças foram identificadas nos endereços eletrônicos e redes sociais das entidades a que estavam vinculadas no momento da pesquisa e, em seguida, foram contatadas por *e-mail*. Quando não houve retorno por essa via, foram utilizados outros meios eletrônicos, como aplicativos de mensagens ou redes sociais pessoais, sempre que disponíveis.

Não serão nominadas as entidades às quais estão vinculados os sujeitos da pesquisa, uma vez que seriam facilmente identificados e relacionados à respectiva entidade. Ademais, cumpre destacar que não foi objeto deste trabalho refletir sobre as opiniões e posicionamentos das entidades, mas sobre as percepções e opiniões das pessoas que hoje ocupam suas coordenações ou presidências. As lideranças foram orientadas, no momento da coleta de dados, a expressar suas ideias pessoais, sem indicar posicionamento da entidade em que atuavam no momento.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre março e junho de 2022 por videochamada no Microsoft Teams versão 1.5.00. Todas as conversas foram

gravadas em áudio e vídeo com a devida autorização das lideranças, que foram solicitadas a se posicionar acerca de três aspectos: a) desafios técnicos e éticos da nutrição na atualidade; b) análise da inserção da questão ambiental nos debates da nutrição; e c) proposições para a inserção qualificada da nutrição no debate ambiental.

Para serem incluídas na pesquisa, as lideranças deveriam ser nutricionistas e exercer atividade de liderança em entidade nacional do campo profissional, social ou técnico-científico da nutrição. Os resultados das entrevistas foram submetidos à análise temática¹⁶. Optamos por tal metodologia por sua flexibilidade e, ao mesmo tempo, rigoroso processo metodológico de construção de ideias. A tarefa analítica proposta por tal modelo de análise é identificar temas, isto é, elementos que captam importantes ideias em determinado campo teórico de pesquisa – neste caso, as relações entre nutrição e a questão ambiental.

Braun e Clarke¹⁶ sugerem seis fases de tratamento dos dados pela análise temática, perspectiva comum a outras técnicas de análise de dados qualitativos. São elas: a) familiarização com os dados; b) geração de códigos iniciais; c) busca por temas; d) revisitação dos temas; e) definição e nomeação dos temas; f) produção do relatório.

Para não expor as lideranças entrevistadas, os resultados foram apresentados na forma de pseudônimos que se referem a importantes denominações indígenas do país.

Este trabalho atende a todas as orientações de ética em pesquisa com seres humanos e foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados

Nove lideranças responderam à entrevista, todas coordenadoras e presidentes de entidades representativas da categoria profissional e estudantil, além de entidades dos campos acadêmico e de políticas públicas de alimentação e nutrição.

No Quadro 1, apresentam-se os temas definidos pela análise do conjunto de dados obtido nas entrevistas, segundo os respectivos elementos de análise: desafios atuais do campo da nutrição; questão ambiental nos debates da nutrição; e inserção qualificada da nutrição na questão ambiental.

Quadro 1. Elementos de análise e temas definidos com base no conjunto de dados coletado com as lideranças da área de nutrição no Brasil

Elemento de análise	Temas definidos
Desafios atuais do campo da nutrição	<p>Técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superação do nutricionismo • Formação adequada • Compreensão ampliada dos sistemas alimentares • Superação da insegurança alimentar <p>Éticos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superação do nutricionismo • Uso de redes sociais • Conflitos de interesse entre profissionais e indústria de alimentos
Questão ambiental nos debates da nutrição	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de debate
Inserção qualificada da nutrição na questão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Politização da formação do nutricionista • Ampliação do conhecimento sobre o tema

Desafios atuais do campo da nutrição

As lideranças foram solicitadas a indicar os principais desafios técnicos e éticos da nutrição na atualidade. São dois aspectos distintos, mas que, por óbvio, se complementam. A pretensão, conforme os objetivos deste trabalho, foi averiguar se os desafios prioritários referidos pelos entrevistados remetiam em algum nível à emergência da questão ambiental, sem qualquer intenção de desmerecer temas que não dialogam com essa temática.

Um primeiro tema foi identificado como desafio tanto técnico quanto ético: a superação do nutricionismo. O tema foi concebido com base em diversos subtemas que remetem à necessidade de considerar aspectos subjetivos, sociais e políticos dos alimentos e da alimentação, para além dos aspectos meramente biológicos, numa proposição ampliada da nutrição. Os depoimentos a seguir exemplificam tais manifestações:

“A gente tem um desafio muito grande de desmistificar essa questão de que a nutrição é só emagrecimento, ou então, só trabalha com questão do peso (...), que não tem outras áreas, que não tem outros conhecimentos. (...) A alimentação tem vários fatores: política, social, econômica. (...) Isso tudo interfere na alimentação” (Ticuna).

“Trabalhar a ressignificação da comida, do comer, resgatando o valor existencial profundo que a comida tem na vida da gente e tomando consciência da dimensão política que o ato de comer tem” (Pataxó).

Além da superação do nutricionismo, outros desafios técnicos e éticos foram levantados e analisados. Entre os técnicos, todos os temas, a nosso ver, se relacionam, com ou sem algum esforço teórico, à questão ambiental, a começar pela formação. Averiguou-se a preocupação das lideranças com a adequada formação dos nutricionistas em diversas perspectivas, incluindo política, técnica e tecnológica do processo formativo; além disso, a modalidade a distância de cursos de nutrição foi mencionada como problema que potencializa os demais. A seguir, alguns relatos que orientaram a definição deste tema:

“A gente precisa ver qual é o nosso objeto de trabalho (...). A formação profissional tem que formar profissionais nutricionistas, não profissional da clínica, da produção, da saúde coletiva, da nutrição esportiva. Porque se mistura, na formação do profissional (...) campos de trabalho com campos de formação” (Caingangue).

“A nutrição tem uma formação muito técnica, muito técnico-científica, mas não tem uma formação tecnológica. Não tem uma formação de tornar aquilo acessível à população, (...) não sabe desenvolver uma patente, (...) algo que seja aplicado à população, algo que seja prático” (Terena).

“Essa questão dos cursos a distância, isso é um problema. Acho que isso é um desafio também (...) que a gente está vendo, que tanto se lutou, mas que está aí. Não adiantou nada. (...) E aí, a meu ver, todo esse problema da inserção na

política, de politização desses profissionais, isso fica ainda mais prejudicado” (Guajajara).

Outro elemento entendido como desafio técnico para a nutrição é a necessidade de redirecionar o sistema alimentar e compreendê-lo integralmente, em todas suas dimensões, a despeito da perspectiva predominante de que a dimensão do consumo é o campo específico de atuação do nutricionista. A fala a seguir exemplifica isso:

“[Um] grande desafio é o redirecionamento dos sistemas alimentares, na direção da sustentabilidade, não só ambiental, também econômica, cultural, social. (...) porque o modus operandi hegemônico é muito avassalador e destruidor, completamente descomprometido com a vida e com a saúde do planeta e das pessoas” (Pataxó).

O quarto desafio técnico destacado no conjunto de dados das entrevistas é a superação da insegurança alimentar no Brasil, especialmente pela reativação de políticas públicas. Os entrevistados enfatizaram o contexto político de então (primeiro semestre de 2022) e o evidente desmonte das políticas de alimentação, principalmente as estruturantes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Obviamente, uma vez que o nutricionista não controla as decisões em nível governamental, não se trata de desafio específico da nutrição; contudo, espera-se que esse profissional some força a outros setores para que a insegurança alimentar seja prioridade nas políticas públicas, o que carece de compreensão e engajamento político para pressionar o poder público.

As falas a seguir tentam contextualizar esse tema:

“Esse paradoxo de a gente ter uma epidemia de obesidade (...) e ao mesmo tempo, nesses últimos anos, a gente ter retomado o bolsão da fome. (...) Eu acho que foi uma grande perda, não só para a saúde de uma forma geral, mas para as políticas públicas que vinham sendo construídas ao longo dos anos. Então, é um desafio profissional, um desafio técnico, um desafio político conviver com esses dois paradigmas” (Macuxi).

“A gente tem que superar todas as formas de má nutrição. Isso (...) está vinculado a uma série de políticas públicas que impactam no consumo de alimentos. (...) O grande desafio é a integração de

políticas públicas para além do setor da saúde, para garantir a produção do alimento saudável, abastecimento e um preço acessível” (Xavante).

“Como nós vamos falar em nutrição sem falarmos na fome, sem falarmos no quanto as políticas públicas se afastaram desse princípio constitucional que nós, nutricionistas, sabemos muito bem que existe, que a sociedade tem direito, que não é nenhum favor? O Estado tem que prover isso” (Guajajara).

Já em relação aos desafios éticos, além da superação do nutricionismo, dois temas ficaram evidentes na análise dos dados obtidos pelas entrevistas: uso de mídias sociais e conflito de interesses entre profissionais e indústria de alimentos. O primeiro, em nosso entender, não se relaciona diretamente com a questão ambiental, a não ser em situações específicas que não cabem no escopo deste trabalho. Já o segundo parece instigar um debate que se alinha à questão ambiental.

De acordo com as lideranças entrevistadas, o uso das redes sociais por nutricionistas se apresenta como problema ético cotidiano, especialmente no que diz respeito a postar imagens comparativas (antes e depois) de corpos de pacientes, ou de si próprios, de modo a generalizar resultados que na prática seriam distintos e, assim, comprometer a individualização intrínseca do cuidado nutricional. Além disso, o uso das redes sociais por nutricionistas, segundo as lideranças, tem persuadido pessoas a escolher profissionais não pela qualidade técnica destes, mas pela imagem que sugerem ter em seus perfis nas redes. Essas impressões são exemplificadas pelo trecho a seguir:

“Você coloca imagens e vídeos da pessoa como estava antes e como está depois, e atribui a você, à sua capacidade, à sua técnica, à sua ferramenta, ao seu método (...), sem levar em consideração o fator indivíduo, o fator familiar, a relação com outros profissionais, as atividades que a pessoa desenvolve” (Ianomami).

O conflito de interesses entre profissionais e indústria de alimentos, também identificado como desafio ético, emerge no questionamento ao vínculo comercial com marcas para obter benefícios financeiros, que se configura grave contradição para um profissional que assume eticamente

defender a saúde acima de qualquer interesse. A fala a seguir remete a esse tema:

“O nutricionista, como formador de opinião, como é que ele se coloca, como é que ele age, se movimenta, buscando prevenir situações de conflito de interesses, relação público versus privado, pensando interesses públicos e interesses privados de corporações que podem financiar esse nutricionista?” (Pataxó).

Questão ambiental nos debates da nutrição

As lideranças entrevistadas foram solicitadas a avaliar e refletir sobre a inserção do debate ambiental na nutrição. Todos os subtemas identificados nos dados coletados apontaram para um tema exclusivo, o que sugere ausência da questão ambiental nos debates do campo. Alguns subtemas permitem inferir que há entidades que problematizam a questão ambiental ainda que ela não componha seu escopo institucional e que, de forma geral, não haja debate amplo nos fóruns, eventos ou formação em nutrição acerca do papel desta no contexto de mudanças climáticas, conforme podemos perceber nos trechos:

“No Brasil, muito pouco se fala sobre isso. (...) É muito interessante que nem os nutricionistas têm esse ponto de vista, tanto que, por exemplo, (...) eu estou organizando o Conbran [Congresso Brasileiro de Nutrição], e eles não têm espaço. Muito ainda são aqueles temas tradicionais para se discutir. Então, quando você fala em discutir a síndrome global, as pessoas não querem” (Terena).

“É quase nula essa discussão. [Na nossa entidade] a gente tem tentado abrir esses espaços de discussão, mas ainda é muito pequeno. Por exemplo, na graduação, em nenhum momento, nenhum professor falou para eu me preocupar com o aquecimento global, ou então, alguma coisa do tipo. Se falou, foi algo bem superficial (...), mas não fala como interfere, não fala como a gente pode ajudar (...), não é aprofundado” (Ticuna).

Inserção qualificada da nutrição na questão ambiental

O último elemento analisado tem característica menos diagnóstica e mais propositiva. Questionou-se

às lideranças entrevistadas, em vista da emergência ambiental e dos inevitáveis efeitos ao campo da nutrição, como esta deveria se inserir nesse debate e que ações deveriam ser organizadas.

Dois temas foram identificados na análise dos dados. O primeiro é a politização na formação do nutricionista, não só na graduação, mas na formação contínua, incluindo cursos e eventos científicos, conforme os depoimentos a seguir:

“A gente precisa empoderar as nutricionistas para que elas consigam trabalhar questões ambientais dentro dos seus trabalhos (...). Enquanto entidade, eu vejo esse caminho, caminho da formação, para empoderamento, (...) se envolver com políticas públicas. Eu acho que a gente ainda é muito pouco politizada (...). Sendo mais politizada, a gente vai conseguir maiores feitos (...) e eu acho que a formação é o caminho” (Guarani).

“A gente tem uma função, que é se engajar em frentes que contribuam para constituir essa pressão da sociedade civil para que esse assunto entre nas políticas públicas, por exemplo, ele seja considerado, a gente reconheça que, por exemplo, várias práticas corporativas (...), mais que ameçam, comprometem a sustentabilidade” (Pataxó).

O segundo tema, complementar ao primeiro, é uma ideia aparentemente genérica, mas cujos fundamentos são importantes para pensar a inserção da nutrição no debate ambiental. Trata-se da ampliação do conhecimento sobre o debate ambiental, assunto identificado com base em diversos subtemas. As propostas sugerem que a nutrição se aproprie da temática naquilo que lhe diz respeito, incluindo a perspectiva de análise integral do sistema alimentar, como exemplificado nas falas a seguir:

“[Ir] atrás do conhecimento. Não falando por falar, e sim buscar e trazer pesquisas para dentro da área da nutrição é o principal. (...) tentar entender realmente a relação das questões ambientais com a alimentação como um todo, (...) entender como é essa influência. E a partir do momento que a gente entende como essa influência traz a questão ambiental como objeto de estudo para a nutrição, a gente consegue melhorar as ações” (Ticuna).

“(...) A gente tem muito maior facilidade de atuar no eixo consumo (...). A gente tem que articular com

setores que produzem alimentos (...). No momento em que a gente faz uma orientação sabendo quais alimentos produzem efeitos negativos no meio ambiente, na produção de gases, a gente recomenda a redução desses alimentos, a gente vai estar contribuindo para esse processo” (Xavante).

Discussão

O contexto ambiental atual não nos permite adiar a luta coletiva contra os efeitos das mudanças climáticas sobre a Terra. É uma demanda ética central, compartilhada por toda a humanidade em seus diversos campos de conhecimento, práticas e militâncias. Não se trata apenas de garantir uma dita cidadania ambiental enquanto direito humano de terceira geração, mas também, como defende Gudynas¹⁰, promover metacidadanias ecológicas, localizando as questões ambientais em dimensões mais abrangentes, uma vez que a autêntica cidadania só seria possível em dado contexto ecológico. Em outras palavras, não há de se considerar autêntica a noção de cidadania que não garanta ao dito cidadão paisagem, território e habitação dignos e próprios, e, para alcançar a autêntica cidadania, com suas múltiplas dimensões, é fundamental dar à natureza direito inequívoco à existência, independentemente da utilidade para o homem.

Do mesmo modo, não se vislumbra uma nutrição autenticamente preocupada com a alimentação saudável que não a considere saudável para todos, humanos e não humanos, e que não aplique uma noção conservacionista em sua atuação, isto é, que não tenha a integridade da natureza como elemento central de sua orientação profissional.

Os dados apresentados nesta pesquisa permitem constatar que a questão ambiental ainda não é um elemento ético direcionador da atuação profissional e da construção de conhecimentos na nutrição. Considerando que as lideranças foram solicitadas a apresentar os desafios atuais da nutrição sob um ponto de vista pessoal, evidenciou-se que a questão ambiental não surge em termos objetivos, porém foram identificados diversos temas que, quando submetidos à análise interpretativa, se aproximavam em maior ou menor grau da questão ambiental.

Além disso, temas identificados em todos os elementos de análise convidam os nutricionistas a

uma compreensão ampliada da nutrição, seja por subverter a predominância do chamado nutricionalismo¹⁵, seja por conduzir a um entendimento do campo que vai além da mera prescrição e da dimensão do consumo. Os temas identificados sugerem que se assumam como campo de atuação todas as dimensões do sistema alimentar e, em última análise, uma via de acesso a uma postura ética em que a preocupação ambiental seja orientadora da prática, tal como no princípio de responsabilidade de Jonas¹¹.

Em outras palavras, as lideranças demonstraram coerência entre os desafios apontados e os argumentos que reivindicam a superação deles. Mais do que isso, em suas ideias, fica evidente a importância que dão à questão ambiental, tanto nas linhas e entrelinhas dos argumentos quanto no incômodo com a inércia da nutrição em debater essa temática.

A falta de conhecimento adequado sobre a questão ambiental e o Antropoceno não é problema específico da nutrição⁵ e parece configurar uma estratégia econômica de setores interessados em lucrar às custas da exploração predatória da natureza¹⁷. Contudo, superar a visão reducionista no campo da nutrição, conforme reivindicam as lideranças entrevistadas em sua crítica ao nutricionalismo¹⁵, certamente contribuiria para construir um ambiente propício ao necessário conhecimento.

Não se trata de negar a dimensão biológica do alimento, mas de reconhecer como igualmente intrínsecos os demais componentes da alimentação, incluindo o ambiental. A perspectiva do nutricionalismo estimula uma visão limitada da atuação da nutrição em relação ao sistema alimentar, alienando-a, em maior ou menor grau, dos demais aspectos que o ato de comer envolve. O fato é que a complexidade com a qual se deve interpretar os sistemas alimentares⁷ demanda que a nutrição reoriente sua inserção nas dimensões que os compõem, para além dos ambientes alimentares, de forma geral, ou do consumo, de forma específica.

Essa reorientação se torna ainda mais necessária quando se reflete sobre a ideia de que a alimentação deve promover a vida não só para o indivíduo que come, mas também para um sujeito ampliado, que inclua a natureza e as vidas que a constituem, inclusive, mas não só, a humana, numa perspectiva bioética de cuidado para além do antropocentrismo e do individualismo^{6,10,11,18}. Essa interpretação é coerente quando se pressupõe

que o modelo hegemônico de produção de alimentos é responsável, em grande medida, pelo avanço predatório do ser humano sobre a Natureza e que a atribuição de promover alimentação saudável requer do nutricionista o entendimento de que suas ações e orientações técnicas podem estimular ou se contrapor frontalmente a esse modelo.

Por isso, considera-se apropriada a postura da Dietitians of Canada¹² de instruir os profissionais canadenses na construção de sistemas alimentares sustentáveis. O documento traz orientações gerais e específicas sobre posturas e práticas dos dietistas/nutricionistas, fundamentadas na ideia de que a nutrição precisa ampliar seu conhecimento dos sistemas alimentares para assim ampliar sua compreensão da questão ambiental.

A importância da superação da insegurança alimentar, apontada neste estudo como desafio técnico prioritário, não deve ser interpretada como secundária para a nutrição, nem tampouco está desvinculada da problemática central deste trabalho. Ademais, no período em que as entrevistas foram realizadas, o país passava pela desestruturação das políticas de alimentação e nutrição, especialmente as relacionadas à PNSAN, com consequências potencializadas pela pandemia de covid-19¹⁹.

As diversas manifestações de insegurança alimentar, tanto ligadas a excessos quanto a carências nutricionais, estão intimamente relacionadas ao modo de produção de alimentos predominante na atualidade. Superar qualquer manifestação de insegurança alimentar requer reformular a lógica do sistema alimentar hegemônico, que priva grande parcela da população do acesso a alimentos, uma vez que reforça as desigualdades socioeconômicas com impactos no campo e na cidade, ao mesmo tempo que é responsável pela produção de alimentos que, apesar de potencialmente acessíveis, têm péssima qualidade, tais como ultraprocessados, cujo consumo está relacionado ao aumento do risco de mortes precoces²⁰.

É importante ressaltar que as mudanças climáticas ampliam situações de insegurança alimentar ao mesmo tempo que revertem melhorias em comunidades que outrora tiveram avanços nessa área, especialmente em territórios mais vulneráveis²¹, ou seja, contribuem de forma sinérgica com as pandemias de obesidade e desnutrição que constituem a sindemia global⁸. A postura ética demandada ao campo da nutrição, segundo a qual

deve-se outorgar à natureza o direito inerente à existência, é uma forma de combater os fenômenos relacionados às injustiças climáticas.

Evidencia-se, assim, que o combate às manifestações de insegurança alimentar deve ultrapassar o foco na doença, típico de modelos epidemiológicos tradicionais²², e considerar a luta pela justiça ambiental, em consonância com a ideia de uma nutrição comprometida em promover alimentação saudável e adequada sob uma perspectiva ampliada.

Nesse sentido, conforme reivindicado pelas lideranças entrevistadas neste trabalho, urge rever o processo formativo da nutrição para tornar o nutricionista mais apto e simpático a essa perspectiva ampliada, especialmente no que tange à questão ambiental. Diversas foram as causas que levaram os entrevistados a sugerir mudanças na formação em nutrição, como a necessidade de contribuir com a politização do nutricionista.

Não há como negar a importância de ser um sujeito politizado, que compreende suas responsabilidades e tem ciência dos efeitos de suas ações e omissões perante os problemas da vida em sociedade. Tomando as palavras de Demo, o ser humano político é aquele que tem *consciência histórica, não aceita ser objeto* e se porta como *ator, não expectador*²³ do mundo que o cerca. Na conjuntura atual, do Antropoceno, a definição de Demo se alinha contextualmente ao posicionamento político proposto por Latour⁵, que sugere a existência de um novo ator-político, o Terrestre, que superaria a dicotomia esquerda-direita e direcionaria a humanidade a um campo onde a reorientação da vida em sociedade fosse possível.

De fato, a premissa já amplamente debatida e consensual da dimensão política da alimentação^{9,24}, ofuscada pela predominância do nutricionismo, demanda dos profissionais da nutrição uma formação que os insira a contento no debate e tenha na questão ambiental elemento central e vinculado ao exercício profissional em quaisquer áreas de atuação.

Ressalta-se que a politização do nutricionista tal como defendida aqui pressupõe um profissional guiado por uma concepção ética que supere o antropocentrismo, o individualismo e a temporalidade fincada apenas no presente, característicos das éticas tradicionais^{11,18}. Ou seja, defende-se, como na perspectiva de Hans Jonas¹¹, um nutricionista cuja postura ética se pautar pela responsabilidade da geração atual em defender

intransigentemente uma vida autêntica no futuro e ofereça a quaisquer intentos tecnológicos uma avaliação ética extremada quanto a seus potenciais efeitos nocivos à vida futura.

Em alguma medida, a tarefa de pensar uma formação mais ampliada, inclusive alinhada às demandas ambientais, já encontra adeptos na nutrição^{13,25}. De acordo com Fanzo e colaboradores²⁵, referindo-se à necessidade de não mais se ignorar as consequências do Antropoceno, a nutrição precisa se entender a partir de uma nova demanda por força de trabalho para que possa corresponder às complexas demandas futuras.

No Brasil, as ideias para alcançar sistemas alimentares sustentáveis incluem importantes recomendações a um processo formativo responsivo à demanda ambiental, como a inserção da abordagem sobre sistemas alimentares no currículo, como componente específico e transversal, a realização de atividades práticas em comunidades e restaurantes sustentáveis, a realização de atividades pedagógicas laboratoriais de cultivo de hortas, a garantia de formação multiprofissional, a troca de experiências e o incremento de eventos e da produção científica sobre a temática¹³.

Apesar de apresentar avanços na configuração do perfil do egresso em nutrição no Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em nutrição²⁶ apresentam apenas elementos pontuais sobre a formação do nutricionista e não contribuem de maneira importante para o processo formativo. A própria temática da segurança alimentar e nutricional, que, entre os conteúdos dos cursos de nutrição, tende a ser a que mais implica um debate sobre questões ambientais, também é negligenciada em muitos currículos²⁷. No momento, as diretrizes vêm sendo rediscutidas pela categoria, com a proposição de um perfil de egresso mais alinhado às demandas macroestruturais da nutrição, que tem como princípio norteador a valorização dos sistemas alimentares sustentáveis e sujeita a promoção da saúde e da alimentação saudável à noção de sustentabilidade²⁸.

Uma das consequências certamente desejadas com a revisão das diretrizes formativas do nutricionista, a qual contribui com a consciência crítica de sua atuação e também foi apontada como desafio ético pelas lideranças entrevistadas, é a melhoria no manejo das relações entre profissionais e indústria de alimentos. É preciso reconhecer a indústria

de alimentos como poderoso integrante desse sistema alimentar predatório. Ela impulsiona o nutricionismo na medida em que molda em grande medida o que se pesquisa e divulga no campo da alimentação e nutrição, além de utilizar seu poder econômico para influenciar a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas, reduzindo as possibilidades de escolhas saudáveis por parte da população^{15,29}.

A reivindicação por regulamentar as relações potencialmente conflituosas entre a indústria de alimentos e nutricionistas já é motivo de debate na nutrição e parece ter encontrado respostas em entidades representativas da categoria. O Conselho Federal de Nutrição (CFN) publicou em 2018 o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista, em que normatiza a relação de nutricionistas com a indústria³⁰. Além disso, a Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), organizadora do principal evento científico do campo no país, estabelece desde 2015 critérios de parcerias a serem observados na organização ou apoio a eventos³¹ os quais desestimulam parcerias com grandes corporações alimentícias, reduzindo o poder de influência destas sobre os profissionais e pesquisadores da área.

Considerações finais

Os resultados deste trabalho permitem inferir que as lideranças entrevistadas defendem que a nutrição assuma sua responsabilidade na questão ambiental no contexto do Antropoceno, na medida em que entendem que a temática ambiental deve nortear as ações no campo da nutrição. Os desafios e críticas levantados com base nos temas identificados em suas falas, mesmo que não tratem de maneira objetiva da questão ambiental, desvelam a necessidade de a nutrição e os nutricionistas ampliarem a compreensão das relações entre alimentação e as questões macroestruturais da sociedade que a atravessam, incluída aí a questão ambiental, na tentativa de promover uma nutrição ampliada em contraponto ao paradigma nutricional reducionista.

Além de diagnosticar a ausência de debate sobre a temática ambiental no campo da nutrição, as lideranças propuseram, ainda na perspectiva de uma nutrição ampliada, uma reforma na formação do nutricionista de modo que passe a abranger em suas práticas e conhecimentos todas as dimensões dos sistemas alimentares.

Por fim, vale ressaltar que, por se tratar, ao menos em tese, de sujeitos profundamente inseridos nos debates mais relevantes da nutrição e que transitam por fóruns e espaços interprofissionais e interdisciplinares onde demandas macroestruturais são discutidas, as lideranças entrevistadas constituem segmento privilegiado,


de sorte que é preciso ter cautela em projetar suas percepções ao universo de nutricionistas do país. Contudo, faz-se urgente sensibilizar a categoria profissional e todos os interessados no campo da nutrição a assumir nossa responsabilidade na questão ambiental, em nome de uma autêntica vida no futuro.

Referências


1. Vasconcelos FAG. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. *Rev Nutr* [Internet]. 2002 [acesso 30 maio 2025];15(2):137. DOI: 10.1590/S1415-52732002000200001
2. Conselho Federal de Nutrição. Perfil da Nutrição no Brasil [Internet]. 2024 [acesso 30 maio 2025]. Disponível: <http://pesquisa.cfn.org.br/>
3. Veiga JE. The first Anthropocene utopia. *Amb Soc* [Internet]. 2017 [acesso 30 maio 2025];20(2):233-52. DOI: 10.1590/1809-4422ASOCEX002V2022017
4. Lewis SL, Maslin MA. Defining the Anthropocene. *Nature* [Internet]. 2015 [acesso 30 maio 2025];519:171-80. DOI: 10.1038/nature14258
5. Latour B. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2020.
6. Krenak A. Ideias para adiar o fim do mundo. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras; 2020.
7. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security [Internet]. Rome: FAO; 2017 [acesso 30 maio 2024]. Disponível: <https://bit.ly/4fjOnPK>
8. Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins V, Baker PI, Bogard JR *et al*. The Global Syndemic of obesity, undernutrition, and climate changes: The Lancet Commission Report. *Lancet* [Internet]. 2019 [acesso 30 maio 2024];393:781-846. DOI: 10.1016/S0140-6736(18)32822-8
9. Machado PP, Oliveira NRF, Mendes AN. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde Soc* [Internet]. 2016 [acesso 30 maio 2025];25(2):505-15. DOI: 10.1590/S0104-12902016151741
10. Gudynas E. Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante; 2019.
11. Jonas H. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; 2006.
12. Carlsson L, Seed B, Yeudall F. The role of dietitians in sustainable food systems and sustainable diets [Internet]. Toronto: Dietitians of Canada; 2020 [acesso 30 maio 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4ok53ul>
13. Jacob MCM, Araújo FR. Desenvolvimento de competências para Nutrição no contexto de Sistemas Alimentares Sustentáveis. *Cienc Saúde Colet* [Internet]. 2020 [acesso 30 maio 2024];25(11):4369-78. DOI: 10.1590/1413-812320202511.31652018
14. Ridgway E, Baker P, Woods J, Lawrence M. Historical developments and paradigm shifts in public health nutrition science, guidance and policy actions: a narrative review. *Nutrients* [Internet]. 2019 [acesso 30 maio 2025];11(3):531. DOI: 10.3390/nu11030531
15. Scrinis G. Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional. São Paulo: Elefante; 2021.
16. Braun V, Clarke V. Using thematic analysis in psychology. *Qual Res Psychol* [Internet]. 2006 [acesso 30 maio 2025];3(2):77-101. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa
17. Harris PG. COP27: From preventing dangerous climate change to salvaging loss and damage. *PLOS Clim* [Internet]. 2023 [acesso 30 maio 2024];2(1):e0000150. DOI: 10.1371/journal.pclm.0000150
18. Ruiz CB, Maciel JC. A ética do cuidado do outro e a bioética ambiental. *Rev. bioét. (impr.)* [Internet]. 2020 [acesso 30 maio 2025];28(3):440-8. DOI: 10.1590/1983-80422020283405
19. Sipioni ME, Riquieri MRL, Barbosa JPM, Biscotto DB, Benedito SR, Sarti TD, Andrade MAC. Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: covid-19 e o enfrentamento da fome no Brasil. In: Andrade MAC, Lima RCD,

- Barbosa JPM, Sarti TD, Garcia ACP, Lima EFA, organizadores. *Gestão e práticas em Saúde Coletiva* [Internet]. Porto Alegre: Rede Unida; 2021 [acesso 30 maio 2025]. p. 56-72. Disponível: <https://bit.ly/4moRtEp>
20. Nilson EAF, Ferrari G, Louzada MLC, Levy RB, Monteiro CA, Rezende LFM. Premature deaths attributable to the consumption of ultraprocessed foods in Brazil. *Amer J Prev Med* [Internet]. 2023 [acesso 30 maio 2025];64(1):129-36. DOI: 10.1016/j.amepre.2022.08.013
 21. Dasgupta S, Robinson EJ. Attributing changes in food insecurity to a changing climate. *Sci Rep* [Internet]. 2022 [acesso 30 maio 2025];12(1):4709. DOI: 10.1038/s41598-022-08696-x
 22. Prado SD, Bosi MLM, Carvalho MCVS, Gugelmin SA, Mattos RA, Camargo Jr KR *et al.* Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. *Rev Nutr* [Internet]. 2011 [acesso 30 maio 2025];24(6):927-37. DOI: 10.1590/S1415-52732011000600013
 23. Demo P. *Pobreza política*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; 1991. p. 15.
 24. Portilho F, Castañeda M, Castro IRR. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciênc Saúde Colet* [Internet]. 2011 [acesso 30 maio 2025];16(1):99-106. DOI: 10.1590/S1413-81232011000100014
 25. Fanzo JC, Graziose MM, Kraemer K, Gillespie S, Johnston JL, Pee S *et al.* Educating ant training a workforce for nutrition in a post-2015 World. *Adv Nutr* [Internet]. 2015 [acesso 30 maio 2025];6:639-47. DOI: 10.3945/an.115.010041
 26. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 5, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. *Diário Oficial da União* [Internet]. Brasília, p. 39, 9 nov 2001 [acesso 30 maio 2025]. Disponível: <https://bit.ly/459sm1m>
 27. Lisboa CMP, Fonseca AB. Abordagem da segurança alimentar e nutricional nos currículos das universidades federais brasileiras: principais enfoques. *Saúde Soc* [Internet]. 2020 [acesso 30 maio 2025];29(3):e190570. DOI: 10.1590/S0104-12902020190570
 28. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 704, de 20 de outubro de 2022. Aprova as contribuições do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. *Diário Oficial da União* [Internet]. Brasília, 2022 [acesso 1 fev 2024]. Disponível: <https://bit.ly/3HcM30f>
 29. Nestle M. *Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos*. São Paulo: Elefante; 2019.
 30. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 599, de 25 de fevereiro de 2018. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. *Diário Oficial da União* [Internet]. Brasília, p. 182, 4 abr 2018 [acesso 30 maio 2025]. Seção 1. Disponível: <https://bit.ly/3U8glnY>
 31. Associação Brasileira de Nutrição. Portaria nº 1, de 1º de agosto de 2015. Institui critérios para o estabelecimento de parcerias, apoios e patrocínios realizados com a Asbran [Internet]. São Paulo: Asbran; 2015. Disponível: <https://bit.ly/46BE8UD>

Marcelo Eliseu Sipioni – Doutor – mesipioni@yahoo.com.br

 0000-0003-1536-6374

Maria Angélica Carvalho Andrade – Doutora – geliandrade@gmail.com

 0000-0002-3690-6416

Correspondência

Marcelo Eliseu Sipioni – Rua João Nunes Coelho, 115, bloco A2, apartamento 201, Mata da Praia. CEP 29065-490. Vitória/ES, Brasil.

Participação dos autores

Marcelo Eliseu Sipioni participou da concepção do trabalho, coleta, análise e interpretação dos dados, redação e aprovação da versão final do artigo. Maria Angélica Carvalho Andrade participou da concepção do trabalho, revisão crítica e aprovação da versão final do artigo.

Disponibilidade de dados: Todos os dados utilizados ou gerados na pesquisa estão integralmente descritos e apresentados no corpo do artigo.

Editores responsáveis: Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro

Recebido: 4.7.2024

Revisado: 22.5.2025

Aprovado: 28.5.2025